



## **DECRETO Nº 142/2012**

Estabelece normas de limitação de empenho para a manutenção do equilíbrio financeiro e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

**CONSIDERANDO** que a referida Lei Complementar nº 101/2000, determina a obrigatoriedade dos Poderes, por ato próprio adotarem limitação de empenho para contenção de despesa e manutenção de equilíbrio financeiro, principalmente em encerramento de mandato eleitoral;

**CONSIDERANDO** que a realização de despesas dos Órgãos de administração direta e indireta do Município de Umuarama subordina-se plenamente às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

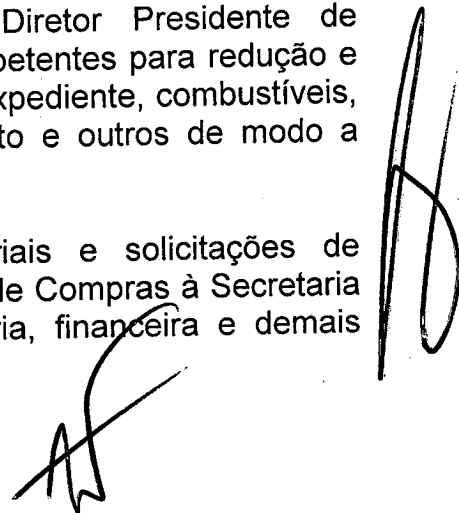
### **DECRETA:**

**Art. 1º.** Toda despesa a ser realizada pela administração direta e indireta do Município, deverá observar os preceitos dos artigos 15 a 17, da Lei Complementar nº 101/2000, sob pena de responsabilização pessoal.

**Art. 2º.** Fica vedada à Administração direta e indireta do Município, inclusive aos Fundos específicos, a realização de qualquer despesa sem que esteja liberado e disponibilizado o recurso financeiro respectivo para o seu pagamento.

**Art. 3º.** Cada Secretário Municipal, Diretor Presidente de Autarquia e Gestor de Fundos, adotará medidas competentes para redução e controle das despesas de custeio, como material de expediente, combustíveis, gastos de manutenção, conservação e funcionamento e outros de modo a racionalizar ao máximo a despesa pública.

**Art. 4º.** Todos os pedidos de materiais e solicitações de empenhos prévios serão encaminhados pela Divisão de Compras à Secretaria de Fazenda para verificar a adequação orçamentária, financeira e demais





# PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ



normas aplicáveis, nos termos do disposto nos artigos 15 a 17, da Lei Complementar nº 101/2000, e emitir a declaração positiva ou negativa, encaminhando ao Ordenador da Despesa para posterior liberação de empenho.

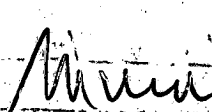
**Parágrafo único.** As minutas de convênios ou congêneres que acarretam qualquer despesa ao Município, subordinam-se ao mesmo procedimento do *caput* deste artigo; para posteriores assinaturas e liberações de empenhos.

**Art. 5º.** A Secretaria de Fazenda, através da Diretoria de Contabilidade, contabilizarão concomitantemente com as respectivas Autarquias, Fundação e Fundos a execução orçamentária mensal, de modo a refletir simultaneamente em seus registros a situação daqueles dados, para o fiel cumprimento e observância das metas fiscais, elaborando até o dia 16 do mês seguinte, os balancetes orçamentário e financeiro do mês, visando o cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 6º.** Os casos que tenham caráter excepcional da Administração Direta, Indireta e Fundos, serão levados à consideração do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração e Secretaria de Fazenda, com suficiente fundamentação escrita para apreciação e deliberação.

**Art. 7º.** Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de junho de 2012.

  
 JOANTONIO MOACIR SILVA  
 Prefeito Municipal  
 ARMANDO CORDTS FILHO  
 Secretário de Administração

PUBLICADO NO UMUARAMA ILUSTRADO  
DE 30 / Junho / 2012  
DE Nº 9515  
UMUARAMA, 02 / Junho / 2012  
Ruijani D. Gomes  
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E PATRIMÔNIO